

CONTRA O QUÊ LUTA O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CHILE?

Leandro Silva de OLIVEIRA¹

RESUMO: Explicar as recentes mobilizações do movimento estudantil no Chile, iniciadas em junho de 2011, ocorridas em um contexto de crescimento econômico, ausência de desemprego massivo, de baixas salariais ou de uma situação de pobreza massiva crescente é o ponto de partida num breve histórico dos eventos sócio-políticos que deram ensejo ao complexo cenário político chileno atual. Buscamos demonstrar que as manifestações dos estudantes inserem-se em um espectro mais amplo de questionamentos da presente ordem econômica, ao mesmo tempo em que remetem a processos históricos intrínsecos do país, cuja explicação só pode ser encontrada ao considerarmos antigas demandas. O Chile é considerado laboratório do neoliberalismo. Os experimentos econômicos realizados por Pinochet, no Chile, na década de 1970 e aplicados no início da década posterior nos Estados Unidos de Reagan e na Inglaterra de Thatcher - espalhando-se para os demais países capitalistas - constituem importantes elementos na busca de uma compreensão das causas da deflagração dos protestos estudantis.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil chileno. Neoliberalismo.

ABSTRACT: *How to explain the recent mobilization of the Chilean student movement that began in June 2011, occurred in a context of economic growth, the absence of massive unemployment, low wages or a situation of massive poverty increasing? Taking these concerns with starting point, we will try to trace a brief history of socio-political events that gave rise to the complex political landscape of Chile today, to demonstrate that the manifestations of the students fall at the same time, in a broader spectrum of questions of this order refer to economic and historical processes inherent in the country, whose explanation can only be found when considering old claims located within the class struggle. Chile is considered the laboratory of neoliberalism. The economic experiments carried out by Pinochet in Chile in the 1970s and applied early in the decade after the United States under Reagan and Thatcher in England - spreading to other capitalist countries - are important elements in search of an understanding of the causes of outbreak of student protests.*

KEYWORDS: *Chilean student movement. Neoliberalism.*

¹ Mestrando em Sociologia. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - jazzleandro@yahoo.com.br

Com a eleição de Michelle Bachelet para presidir o Chile de 2006 a 2010, completavam-se 16 anos em que a *Concertación de Partidos por la Democracia* (CPD) permanecia ininterruptamente no comando do executivo do país. Bachelet, recém-empossada, deparou-se com uma mobilização estudantil que começou como um protesto exigindo a gratuidade do passe escolar (vale transporte) e a diminuição do valor da inscrição na Prova de Seleção Universitária (PSU), reunindo inicialmente cerca de 10 mil estudantes. Tinha início em 30 de maio de 2006 aquilo que ficou conhecido como a Revolta dos Pingüins, numa referência à aparência dos uniformes utilizados pelos estudantes. Ensaída em anos anteriores, tomava corpo uma grande mobilização, protagonizada por estudantes secundaristas que, articulados em nível nacional, entraram em greve, tomaram as escolas, organizaram assembléias e saíram em passeatas, ensejando uma cena inusitada no recente cenário da história chilena.

A inabilidade e mesmo truculência do governo no trato com o movimento acabou levando ao recrudescimento dos protestos que se estenderam por todo o país, recebendo apoio de outros setores da sociedade civil, chegando a mobilizar um milhão de pessoas ao final de maio. Poderíamos dizer que as manifestações dos jovens chilenos naquela ocasião eram resultado do não enfrentamento, ou mesmo alinhamento dos governos da CPD com o projeto neoliberal (DE LA CUADRA, 2008).

Para Zibas (2008), os embates realizados pela administração Bachelet frente aos representantes das elites que lucram com o “negócio da educação” remetem às disputas de interesses historicamente enraizadas na estrutura educacional chilena e de difícil enfrentamento. A autora reconhece, no entanto, que os setores conservadores saíram vitoriosos da disputa enquanto que o movimento não viu atendidas suas reivindicações ao final do acordo firmado em 2007. São emblemáticas as imagens de “representantes de todo o espectro político chileno, de braços erguidos e mãos dadas, divulgadas em todos os órgãos de comunicação

imprensa e televisivos do país” (ZIBAS, 2008, p.207) ao final das negociações:

[...] poder-se-ia dizer que, a despeito dos esforços efetuados no âmbito das reformas políticas e sociais, os sucessivos governos da Concertación de Partidos por la Democracia não têm conseguido marcar uma diferença significativa com relação aos feitos do governo militar, principalmente em matéria econômica: manutenção dos equilíbrios macroeconômicos, estabilização monetária, geração de superávit fiscal, abertura para o exterior, aproveitamento das vantagens comparativas, desregulação, regime impositivo regressivo, estímulo ao lucro das empresas, flexibilização do trabalho, terceirização etc [...] Na sua totalidade, o projeto neoliberal não sofreu profundas alterações, salvo algumas ações específicas e pontuais, que concederam ao Estado um papel de maior relevância. Ainda que reconhecendo o esforço realizado pelos dois últimos governos socialistas da Concertación para mudar o padrão dominante, é preciso salientar também que as forças democráticas não conseguiram romper com os entraves autoritários e as posturas intransigentes de um setor proeminente da direita política, que exerce uma ferrenha oposição às reformas do sistema político, às mudanças do regime tributário e, por último, à universalização do modelo de proteção social (DE LA CUADRA, 2008, p.180).

A mobilização do movimento estudantil iniciada em 2011, por sua vez, aponta para um intrincado paradoxo no cenário político chileno. Se a longa permanência da *Concertación* à frente do executivo não foi capaz de desatar os nós atados pela ditadura Pinochet, com a subida de Sebastian Piñera ao poder, em março de 2011, tornaram-se ainda mais visíveis as vísceras do conturbado passado histórico chileno, aliás, tão presente.

A eleição do candidato da *Alianza* ao poder, Sebastian Piñera, significa mais que uma ruptura com a tradição instituída pela *Concertación*, da qual Michele Bachelet foi a última representante consecutiva no poder desde o fim da ditadura, é uma guinada em direção aos interesses defendidos pelo governo de Pinochet.

Um evento recente protagonizado pela administração Piñera, que tem o pior índice de aprovação da história do país, 22%, causou indignação de vítimas e familiares de vítimas da ditadura. Em sessão

extraordinária realizada em 9 de dezembro de 2011, o Conselho Nacional de Educação decidiu substituir nos textos de livros escolares de História, Geografia e Ciências Sociais usados por estudantes do primeiro ao sexto ano da educação básica em todas as escolas, a expressão “ditadura militar” em referência ao período de gestão do general Augusto Pinochet (1973-1990) por “regime militar”. Um eufemismo sutil mas emblemático pois, muito mais que militar, o governo de Pinochet foi ditatorial e notoriamente violento. É inegável a herança desse período no governo de Piñera, que tem entre seus ministros remanescentes do governo Pinochet e em sua base partidária a UDI (União Democrática Independente), partido que congrega políticos experientes da direita pinochetista e que defendem abertamente o legado da ditadura.

Os protestos do movimento estudantil chileno que principiaram nos primeiros dias de junho de 2011 e foram ganhando o apoio da classe trabalhadora e de ampla parcela da sociedade, trazem à tona disputas históricas na América Latina, deixando à mostra feridas não cicatrizadas do continente. Se consideradas, contudo, no atual cenário mundial de mobilizações e protestos que incendeiam o Oriente Médio, tumultuam a Europa e alcançaram Wall Street, o coração simbólico do sistema capitalista global, vemos revelar-se uma insatisfação que transcende as especificidades das regiões onde se dão os protestos.

É certo que ao analisarmos mobilizações sociais devemos ter em mente as particularidades reivindicatórias de cada localidade em sintonia com o processo histórico singular vivido por cada população. Sem prejuízo, contudo, destas considerações, chamamos a atenção para o que as transcende. Acreditamos não serem episódios isolados como pode fazer parecer uma análise superficial, desatenta ou de intenções propositalmente dúbias. Como observa Michael Löwy em recente entrevista ao jornal *Estadão* a propósito das mobilizações por mudanças vindas à tona em diversas partes do mundo, “[o] que há de comum é a indignação.” (SAYURI, 2011).

Mas, o Chile, aparentemente diferente dos outros palcos onde tiveram lugar mobilizações e protestos, parecia estar funcionando a contento. “¿Cómo caracterizar esta movilización social que ocurre en un contexto de crecimiento económico, en ausencia de desempleo masivo, de bajas salariales o de una situación de pobreza masiva y creciente?” (AGACINO, 2011). Em resumo, contra o quê se mobilizam os jovens chilenos?

Em uma entrevista para a revista *La Chispa* (2011), o economista chileno Rafael Agacino, pesquisador do centro de estudos “Plataforma Nexos”, faz uma análise da mobilização de 2011 que se opõe às explicações oferecidas pela direita neoliberal de que o descontentamento dos estudantes reflete uma crise de expectativas². Para Rafael, este argumento, aponta, na realidade para uma tensão estrutural própria de um neoliberalismo maduro, um mal estar expressivo percebido em certos setores sociais diante das dificuldades objetivas para sustentação de suas condições de vida. Não são as falhas do sistema o problema, mas o seu próprio funcionamento:

En efecto, es el propio funcionamiento del modelo – no su colapso - el que muestra que los logros se vuelven ficticios, vacios y tóxicos, pues el presente se ha vuelto precario y el futuro una hipoteca [...] las tensiones se perciben como resultados de reformas realizadas y maduras y no como reformas pendientes. Así con la educación, la salud, la previsión, la vivienda, la cuestión urbana, el transporte... Las fisuras de un modelo que no puede resolver los problemas que “la gente” empieza a sufrir y frente a los cuales, tarde o temprano, ella misma deberá obligadamente pronunciarse (AGACINO, 2011).

As palavras de Agacino são respaldadas pelo recente relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e

² Este argumento aparece na reportagem da revista *Veja* de outubro de 2011. Tatiana Gianini apresenta duas razões para o descontentamento da sociedade chilena e que teriam motivado a recente mobilização dos estudantes. A primeira seria a expectativa não atendida de ascensão a um status de país desenvolvido, já que o Chile estaria em um patamar de desenvolvimento muito acima da realidade latino-americana. A segunda razão seria algumas falhas no sistema educacional, eclipsadas pelas boas estatísticas gerais. Ou seja, o modelo é bom, são necessários apenas pequenos ajustes.

Cultura). De acordo com o relatório, o sistema educacional chileno fomenta a desigualdade e a exclusão social. O documento indica que o modelo chileno é pernicioso em sua própria constituição.

O estudo, liderado pelo costarrriquenho Vernor Muñoz, relator especial da ONU sobre direitos da educação, fez um balanço comparativo dos sistemas educacionais vigentes em quatro países (Chile, Argentina, Uruguai e Finlândia), e apontou que o modelo chileno é o único dos quatro que “protege e beneficia a iniciativa privada, viciando o conceito de educação como bem público.” (FARINELLI, 2011).

Enquanto cresce a influência de representantes da face mais cruel da direita chilena no governo Piñera, avolumam-se denúncias de ondas de perseguições contra estudantes e docentes que participaram das mobilizações. “O presidente do sindicato de Professores do Chile, Jaime Gajardo, denunciou a expulsão de três mil estudantes de seus colégios e a dispensa imposta a centenas de professores por participar em mobilizações contra o atual modelo educacional” (VERMELHO, 2012). Jornalistas, no exercício da profissão, também tem sido alvo da atuação repressiva do governo. O fotógrafo da IPS (International Press Service) Fernando Fiedler é apontado como o primeiro caso de “sequestro” de um repórter por agentes do Estado chileno desde o fim da ditadura Pinochet (1973-1990) no que configura não um episódio isolado, mas evidência de uma política sistemática de agressão aos jornalistas que trabalham no Chile³.

Conquanto não possamos falar dos anos compreendidos entre o final da ditadura e o final do governo Bachelet, em 2010, como se tratando de um período histórico compacto e homogêneo, nem de uma administração desenvolvida em condições de completa normalidade político democrática (ZUÑIGA, 2010), o espectro político chileno encontra-se aglutinado em dois blocos e, embora haja nuances ideológicas diferenciadas e, algumas

³ Confira Charleaux (2011).

vezes, contraditórias, é convenção considerar a *Concertación* como uma coalizão de esquerda e a *Alianza* de direita (ZIBAS, 2008).

O ano era 1990 e, depois de quase duas décadas de ditadura militar, chegava ao poder o primeiro governo da *Concertación*. A transição democrática não ocorreu num contexto de crise econômica, como em outros países da América Latina. O novo governo que tomou posse, contudo, herdou uma grande massa de excluídos deixada pelo modelo econômico neoliberal implementado pelos militares, além de um emaranhado de restrições institucionais impostas pela Constituição vigente, aprovada em plena ditadura (1980) e enclaves autoritários no sistema político tais como senado redesignados, sistema eleitoral binominal, Conselho de Defesa do Estado, inamovibilidade dos comandantes-em-chefe das Forças Armadas etc. Com isso, já desde o início da transição democrática, ficaram evidenciadas as dificuldades do governo – e da coalizão de partidos que lhe dava apoio – para desmontar a estrutura institucional e a Constituição herdada dos militares (DE LA CUADRA, 2008):

A modo de síntesis, se podría afirmar que en el punto inicial de la gestión de la Concertación en el campo educativo – en ese momento “cero” del 11 de marzo de 1990 – se estaba frente a una transformación estructural del sistema escolar chileno (administración, financiamiento, lógica de desarrollo, incentivos de mercado, rol subsidiario del Estado) de una gran magnitud y profundidad; en otros términos, de una ruptura con lo que podríamos denominar un modelo republicano y democrático que el sistema educativo chileno había seguido, con altos y bajos, durante el siglo XX, y cuyas raíces se pueden rastrear en el siglo XIX con la conformación del Estado nacional. A lo anterior, se debe sumar un estado de grave deterioro y abandono del sistema escolar en algunas variables críticas como las condiciones laborales y salariales de los profesores, inversión pública, infraestructura y medios educativos. En un plano político, el país retornaba cautamente a la democracia, através de un plebiscito (1988) y de una compleja negociación transicional. El dictador ahora asumía como Comandante en Jefe del Ejército y los ya mencionados “enclaves autoritarios” aseguraban una mayoría del régimen al interior del Senado y, desde el Consejo de Seguridad Nacional, la mirada vigilante

de las Fuerzas Armadas y de Orden sobre la naciente frágil institucionalidad democrática (ZUÑIGA, 2010, p.219).

De La Cuadra (2008) reitera que o tipo de transição ocorrida no Chile, na passagem da ditadura para o primeiro governo eleito representou a consagração de uma política de negociação de “consensos” que levou os diversos atores políticos a buscar acordos pontuais sobre temáticas específicas, e de forma muito gradual, negando espaço para a discussão de aspectos substantivos para a construção de uma democracia plena.

Luiz Alberto Moniz Bandeira (2002), oferece um vislumbre da situação latino-americana resultante das medidas consubstanciadas no chamado *Consenso de Washington*, similares às que foram tentadas pelos governos militares, sobretudo na Argentina, Uruguai e Chile. Para Bandeira, ao fim dos anos 90, a situação na América do Sul afigurava-se ainda mais difícil e sombria do que ao fim da década de 1980:

A situação econômico-social do Chile [...] não era muito diferente da que se configurava nos demais países da região. Com uma população de 15,3 milhões de habitantes e um PIB da ordem de US\$153,1 bilhões (estimado em 2000 pela paridade do poder de compra) ou US\$ 77,0 bilhões (1999, segundo o método usado na ALADI), sua dívida externa duplicara nos anos 90, saltando de US\$ 18,5 bilhões (1990) para US\$ 39 bilhões (2000), 9% de sua força de trabalho estava desempregada (dezembro de 2000), quase um milhão de pessoas viviam abaixo do nível de pobreza e cerca de 700.000 famílias estavam endividadas, como quase toda a classe média (BANDEIRAS, 2002, p.139).

Deste modo, as manifestações dos estudantes, ao mesmo tempo em que se inserem num espectro mais amplo de questionamentos da presente ordem econômica e que encontra ecos em diversos pontos do planeta, remetem a processos históricos intrínsecos do país e do continente, cuja explicação só pode ser encontrada ao considerarmos antigas demandas.

O Chile constitui-se peça chave para a compreensão de determinados desdobramentos no cenário político mundial que, neste país, deram-se embrionariamente ainda na década de 1970. Os experimentos econômicos que debutaram no Chile sob o punho violento de Pinochet continuam, desde então, os elementos responsáveis pela crise da qual os Estados Unidos ainda não se safou. Aplicados no início da década posterior nos Estados Unidos de Reagan e na Inglaterra de Thatcher, as diretrizes neoliberais espalhariam-se rapidamente para os demais países capitalistas:

A atual crise financeira mundial, iniciada em 2008, só se tornou possível por causa da desregulação das finanças, que nos Estados Unidos começou nos anos 1980 sob Reagan e foi completada sob Clinton na década seguinte. Dessa maneira, a banca estadunidense recuperou a liberdade de transferir moeda em montantes ilimitados entre continentes e países, da qual havia sido privada desde o New Deal de Franklin Delano Roosevelt, nos anos 1930. O exemplo dos Estados Unidos foi rapidamente imitado pelos demais países capitalistas, no que passou à história como a grande onda neoliberal, que se completou nas décadas seguintes com a adoção obrigatória do livre-comércio, concretizada na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) (SINGER, 2010, p.63).

Por ter sido a primeira experiência de implantação do modelo, ainda na década de 1970, o Chile é considerado o laboratório do neoliberalismo. Tendo seguido as concepções teóricas adotadas pelos chamados *Chicago Boys*, grupo de estudantes de economia chilenos pós-graduados na universidade de Chicago e responsáveis pela formulação da política econômica implementada durante a ditadura, Pinochet deu início ao que na década posterior se consagraria como padrão em termos de política econômica em países capitalistas.

A subida de Ronald Reagan ao poder em 1981 estabelece um novo marco na política econômica dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que implica uma nova configuração nas relações entre aquele país e a América Latina. Lowenthal (1989) assevera que Reagan atribuía o cenário

indesejável na América Latina ao que considerava erros do passado da política estadunidense, especialmente durante os anos Carter, presidente que o precedeu no poder:

Ronald Reagan assumiu o poder em janeiro de 1981 empenhado em resistir ao que ele e seus companheiros consideravam como a deterioração da influência dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe durante os anos 70. A equipe de Reagan execrava a emergência de regimes revolucionários, alinhados com Cuba e a União Soviética, na Nicarágua e em Granada; a força crescente de Cuba no Caribe; o crescimento da presença soviética no hemisfério ocidental; e as persistentes tensões entre os Estados Unidos e os governos anticomunistas da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (LOWENTHAL, 1989, p.41).

É preciso salientar que o termo neoliberalismo tem sido usado para denominar fenômenos políticos bastante distintos, especialmente depois que ganhou espaço na mídia (LOURENÇO NETO, 2011). Para Duménil e Lévy (2007) o neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo e considerando seus traços mais gerais, destacam-se três características: uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade, a criação de rendas a favor das classes mais abastadas e a redução da taxa de acumulação:

Pode-se definir o neoliberalismo como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p.02).

As circunstâncias nas quais o modelo foi implantado na América Latina, no entanto, são bastante diferentes daquelas vigentes nos EUA e Europa quando de sua adesão ao modelo. A tomada violenta do poder no Chile insere-se em um contexto de grande turbulência na América Latina com golpes em diversos países, perseguições, prisões e torturas aos contestadores dos regimes golpistas. Nepomuceno (2012) dá conta de

que o governo chileno divulgou na segunda quinzena de agosto de 2010 uma nova cifra oficial dos mortos e desaparecidos durante a ditadura do general Augusto Pinochet, que somam estarrecedores 3.065 nomes. Com isso, o total de vítimas – entre presos, seqüestrados, torturados, executados e desaparecidos – chega a exatos 40.018.

A atualização dos dados sobre as vítimas do regime ditatorial, contudo, não é o único resquício do sombrio período pelo qual passou o país. Os efeitos nocivos do modelo econômico implantado com a ditadura ainda assombram uma sociedade que tem se empenhado para expurgar os demônios do passado.

O filme Machuca (2004) do diretor chileno Andrés Wood retrata com rara sensibilidade os conflitos sociais resultantes do enfrentamento das contradições sociais vividas pelo Chile durante o governo socialista de Salvador Allende, presidente deposto pelo golpe liderado por Augusto Pinochet.

Wood privilegia no longa-metragem precisamente a tentativa impetrada pelo governo de Allende de integração de crianças, filhos das classes trabalhadoras, em escolas tradicionalmente reservadas aos filhos das elites; experiência essa abruptamente abortada pelo regime golpista.

O personagem Gonzalo é um estudante do colégio privado Saint Patrick e filho de um empresário de classe média. Devido às políticas inclusivas do governo Allende, chegam novos alunos ao colégio, dentre os quais Pedro Machuca, um dos filhos das classes pobres com quem Gonzalo inicia uma amizade. Costurada por esta amizade, a trama se desenvolve no período em que os antagonismos de classes ganham as ruas sob o governo Allende. É celebre a cena na qual Gonzalo acompanha a família de Machuca em passeatas tanto da esquerda que apóia Allende como naquelas organizadas pela direita nacionalista que se opõem ao seu governo, para vender bandeirinhas com os símbolos das respectivas ideologias políticas. Com o avanço das transformações sociais que afetam a manutenção de privilégios das elites chilenas, o país se vê dividido:

[...] pela direita e pela esquerda o governo sofria ataques que o punham na defensiva. Para reverter a situação, os partidos Comunista e Socialista mobilizaram o proletariado chileno em gigantescas manifestações de apoio ao governo, deixando claro que a possibilidade de uma ação golpista poderia ter como resultado mergulhar o país numa guerra civil [...] as mobilizações de direita, que incluíam pequenos proprietários, setores do funcionalismo público, profissionais liberais e as “donas-de-casa” dos bairros burgueses, mostravam-se claramente inferiorizadas àquelas promovidas pelas bases operárias de unidade Popular. (GUAZELLI, 2004, 93-94).

Apesar de legitimamente eleito, Allende encontrava enormes dificuldades para governar. A Unidade Popular, partido do qual era candidato eleito, controlava apenas o executivo, enquanto o congresso era composto majoritariamente por representantes dos partidos conservadores. Tendo chegado ao poder com uma ligeira vantagem na porcentagem de votos, Allende teria, desde o início, uma forte oposição da burguesia que lançaria mão de diversos artifícios para impedi-lo de governar. Na realidade, logo após as eleições, deparou-se com campanhas golpistas para impedir sua posse. Além das pressões internas, o imperialismo estadunidense propagava os perigos de um governo de orientação marxista no Chile, preparando a população para uma eventual intervenção militar, que, de fato, ocorreu logo em seguida (GUAZELLI, 2004).

O Chile esteve sob governo ditatorial por 17 anos e isto implica em graves impedimentos para o restabelecimento das garantias democráticas elementares. A Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) foi instituída por Pinochet em seu último dia como presidente da República, podendo ser considerada seu último ato legislativo antes de deixar o poder:

Com essa norma constitucional, a ditadura procurou tornar irreversível o sistema descentralizado e privatizado da educação, implantado por meio de decretos desde o início da década de 1980. Esse esforço do poder agonizante para preservar o modelo educacional já indica a importância política e ideológica das diretrizes traçadas durante os “anos de chumbo”; também explica por que, no Chile, a educação

se vem tornando, nos últimos tempos, um campo bastante exacerbado de luta política (ZIBAS, 2008, p.216).

Se, contudo, o Chile ainda caminha sob as seqüelas da legislação implementada pela ditadura Pinochet, os protestos levados a cabo pelos jovens militantes chilenos têm suas raízes na politização que permeou as gerações massacradas pelo regime ditatorial. "O movimento estudantil mostrou bastante vitalidade nos anos da maior repressão do regime de Pinochet, acumulando uma rica experiência de participação no processo de luta pela recuperação da democracia no país" (DE LA CUADRA, 2008).

Na canção "Roda Viva", escrita por Chico Buarque em protesto contra a ditadura militar brasileira, a história aparece na forma de uma roda gigante que nos surpreende em nosso fluxo cotidiano, trazendo-nos o caos. Mas há em sua letra, duas outras possibilidades de percepção para esta roda que, se é moinho que pode em seu movimento circular moer, triturar, repisar os povos com o coturno pesado das ditaduras e o julgo desleal dos acordos econômicos, é também peão, que, tal qual os movimentos sociais, equilibra-se sobre seu eixo, mantendo-se em pé somente enquanto se move.

REFERENCIAS

AGACINO, R. Movilizaciones estudiantiles: anticipando el futuro. **La Chispa**, Chile, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.lachispa.cl/2011/08/28/movilizaciones-estudiantiles-anticipando-el-futuro-entrevista-a-rafael-agacino/>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v.45, n.2, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 fev. 2012.

Charleaux, J. P. Chile vive onda de perseguição a jornalistas, com prisões, espancamentos e atentados a bomba. **Opera Mundi**, São Paulo, 06 nov.

2011. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/17606/chile+vive+onda+de+perseguido+a+jornalistas+com+prisoes+espancamentos+e+a+tentados+a+bomba.shtml>>.

DE LA CUADRA, F. Conflito social e movimento estudantil no Chile.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.173-194, jul./dez, 2008.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia & Sociedade**, Campinas, v.16, n.1, p.1-19, abr. 2007.

FARINELLI, V. Segundo relatório da Unesco, modelo de educação chileno gera desigualdade e exclusão. **Opera Mundi**, São Paulo, 6 dez. 2011.

Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18359/segundo+relatorio+da+unesco+modelo+de+educacao+chileno+gera+desigualdade+e+exclusao.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

GIANINI, T. A revolta dos bons alunos. **Veja**, São Paulo, v.44, n.40, p.106-110, 2011.

GUAZZELLI, C. A. B.; WASSERMAN, C. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

LOWENTHAL, A. F. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. **Lua Nova**, São Paulo, n.18, p.41-61, ago. 1989.

LOURENÇO NETO, S. Neoliberalismo ou intervenção e redistribuição a Favor do Capital?. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo**, Niterói, 2011. Disponível em:

<<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC403F.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

MACHUCA. Direção: Andrés Wood. Chile: VideoFilmes, 2004. 1 DVD (120 min.).

NEPOMUCENO, E. Chile: tensão nas grandes alamedas, tensão na memória. **Carta Maior**, Porto Alegre, abr. 2012. Disponível em:

<http://cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18299>. Acesso em: 22 dez. 2011.

SAYURI, J. O transbordo do copo de cólera. **O Estadão**, São Paulo, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-transbordo-do-copo-de-colera,798151,0.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

SINGER, P. O pano de fundo da crise financeira. **Revista da USP**, São Paulo, n.85, maio 2010. Disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892010000200006&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 12 jan. 2012.

VERMELHO Portal. **Estudantes que participaram de protestos no Chile são perseguidos**. Disponível em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=173405&id_secao=7>. Acesso em: 12 jan. 2012.

ZIBAS, D. M. L. A revolta dos pingüins e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.38, p.199-220, maio-ago. 2008.

ZUÑIGA, E. A. **Chile en la concertación [1990-2010]:** una mirada crítica, balance y perspectivas. Santiago: Friedrich Ebert Stiftung, 2010. t.I-II. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/07499.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BENGOA, J. **Amnesia y asco:** los Chacarilla boys de Pinochet son ministros de Piñera. Disponível em:

<<http://www.telesurtv.net/secciones/opinion/95508-NN/amnesia-y-asco-los-chacarilla-boys-de-pinochet-son-ministros-de-pinera/>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

CHARLEAUX, J. P. Chile vive onda de perseguição a jornalistas, com prisões, espancamentos e atentados a bomba. **Opera Mundi**, São Paulo, nov. 2011. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/17606/chile+vive+onda+de+perseguiçao+a+jornalistas+com+prisoas+espancamentos+e+a+atentados+a+bomba.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

VILLAMÉA, L. Trinta anos daquela noite: a atuação de diplomatas brasileiros no mais violento e ousado golpe militar da América Latina, o 11 de setembro de 1973. **Istoé independente**, Chile, 10 set. 2003.

Disponível em:

<<http://www.istoe.com.br/reportagens/detalhePrint.htm?idReportagem=13469&txPrint=completo>>. Acesso em: 01 fev. 2012.